
ATA Nº 6

5.ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2023

15 DE DEZEMBRO DE 2023

----- Aos quinze dias do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e quarenta minutos, na Casa do Povo das Lajes, Vila das Lajes, deste Concelho, reuniu a Assembleia Municipal da Praia da Vitória na quinta sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e três. -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros: -----

-----Paulo Manuel Martins Luís - PPD/PSD, Silvestre Miguel Simões da Rocha - PPD/PSD em substituição de Maria Judite Gomes Parreira - PPD/PSD, Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto - CDS-PP, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira - PPD/PSD, João Paulo Rocha Ávila - PPD/PSD, Diana Maria Nunes Simões - CDS-PP, Diana Andrade Ferraz Gomes em substituição de Lisandra Marina Barcelos Valadão - PPD/PSD, Filipe Barcelos Rocha - PPD/PSD, Telmo Tiago de Freitas Sequeira em substituição de Vânia de Fátima Sousa Leal Oliveira - PPD/PSD, Lucília de Fátima Toste Ávila - CDS-PP em substituição de Valdemar Manuel Dias Toste - CDS-PP, Ricardo António Ferraz da Rosa em substituição de Maria de Fátima Alves Homem - PS, Eulália Ferreira Toste Leal - PS, Rodolfo Paulo Silva Lourenço Franca - PS em substituição de Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt - PS, Valter Manuel Linhares Peres - PS, Carina Marlene Pires Dias - PS, Simão Pedro Meneses Fonseca - PS, Carolina de Fátima Nunes Amaral em substituição de Daniela Leal de Andrade - PS, José Adriano Meneses Laranjo - PS, José Manuel de Aguiar Paim - PS, Rita Lemos Borges - GCE, Bruno Manuel de Aguiar Borges - GCE, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Agualva, Luís Carlos Duarte Vieira - Junta de Freguesia dos Biscoitos, Osvaldo Manuel Borges de Sousa - Junta de Freguesia do Cabo da Praia, John Oliveira Borges - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Carlos Alberto da Silva Costa em substituição de Paulo Rui Pacheco de Sousa - Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste - Junta de Freguesia da Vila das Lajes, Raquel Santos Mendonça - Junta de Freguesia do Porto Martins, Bruno Narciso Meneses Lopes - Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras, António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz, Marco Aurélio Ferreira Toste - Junta de Freguesia de São Brás e Vasco Miguel Valadão de Lima - Junta de Freguesia da Vila Nova. -----

----- Verificou-se a ausência dos seguintes membros: -----

----- Maria Judite Gomes Parreira - PPD/PSD, Lisandra Marina Barcelos Valadão - PPD/PSD, Vânia de Fátima Sousa Leal Oliveira - PPD/PSD, Valdemar Manuel Dias Toste - CDS-PP, Maria de Fátima Alves Homem - PS, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt - PS, Daniela Leal de Andrade - PS e Paulo Rui Pacheco de Sousa - Junta de Freguesia das Fontinhas. -----

-----À presente reunião apresentaram pedidos de justificações de falta e de substituição, nos termos do número um do artigo setenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e que foram aceites, os seguintes membros:-----

-----Maria Judite Gomes Parreira - PPD/PSD, Lisandra Marina Barcelos Valadão - PPD/PSD, Vânia de Fátima Sousa Leal Oliveira - PPD/PSD, Valdemar Manuel Dias Toste - CDS-PP, Maria de Fátima Alves Homem - PS, Nivalda de Fátima Meneses Bettencourt - PS, Daniela Leal de Andrade - PS, Paulo Rui Pacheco de Sousa - Junta de Freguesia das Fontinhas, Sandra Isabel Ávila Galvão - PPD/PSD, Paulo Adelino dos Santos de Brito - PPD/PSD, Joana Ávila Machado - PS, Mónica Andreia Simões Brum - PS, Filipe Alexandre Ávila Aguiar - PPD/PSD, José Carlos de Lima de Meneses - PPD/PSD, Fernando Fausto Miranda Lopes - PPD/PSD, Marta Maria Candeias de Meneses - PS, Paula Cristina Ávila da Rocha - PPD/PSD, Paulo Rui Mendes Homem - PPD/PSD, Daniela Filipa Arruda Medeiros - PS, Ana Cristina Pereira da Rocha - CDS-PP e Pedro Miguel da Rocha Medeiros - PS.-----

-----À presente reunião não apresentaram justificação de falta, nos termos do número dois do artigo vinte e nove, da Lei número setenta e cinco de barra dois mil e treze, de doze de setembro, sendo consideradas faltas injustificadas, os seguintes membros:-----
-----Fábio Manuel Ávila Valadão - PS e Nuno Miguel da Silva Santos - PS.-----

-----Para além da Sra. Presidente da Câmara Municipal, participaram na sessão os seguintes Vereadores:-----

-----Ricky Joe Baptista, Paula Cristina Borges de Sousa, Otilia Maria de Sousa Martins, Marco Euclides Lemos Martins, Catarina Alexandra Gonçalves Nogueira e Luís Miguel Vieira Leal - PS.-----

-----Participou a sua falta à reunião, nos termos do número três do artigo quarenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, os seguintes membros da Câmara Municipal:-----

-----Leila Meneses Dinis, Berto José Branco Messias, Isménia Carvalho Landeiro Alves, Pedro Jorge Mendes Machado, Nuno Miguel Leal Ribeiro e Ana Rita Meneses Branco.-----

----- **O Sr. Presidente da Mesa** informou que, pelo facto de faltar o 2.º secretário e, como previa o regimento, tinha que ser eleito um membro da Assembleia para integrar a Mesa para que os trabalhos prosseguissem. O Sr. Presidente da Mesa questionou os Membros da Assembleia se alguém propunha candidatar-se ao lugar de 2.º Secretário. O Grupo do CDS-PP propôs o nome de Lucília de Fátima Toste Ávila. Como não houve mais nenhum membro que se apresentasse a sufrágio, procedeu-se à eleição por

escrutínio secreto. Feita a contagem, verificou-se que tinham dado entrada trinta e um boletins de voto na urna, tantos quantos os membros presentes na Assembleia nessa altura, tendo pois, o referido membro, sido eleito por maioria, com vinte e nove votos a favor e duas abstenções, tomando desde logo o seu lugar na Mesa.-----

----- **ATA DA REUNIÃO DE VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS – QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA:** -----

----- **Submetida a votação, a Ata foi aprovada por maioria, com:** -----

----- **Vinte e seis votos a favor, nomeadamente:** -----

----- **Doze do PPD/PSD** - Paulo Manuel Martins Luís, Silvestre Miguel Simões da Rocha, João Paulo Rocha Ávila, Diana Andrade Ferraz Gomes, Telmo Tiago de Freitas Sequeira, Filipe Barcelos Rocha, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Agualva, Luís Carlos Duarte Vieira - Junta de Freguesia dos Biscoitos, John Oliveira Borges - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Carlos Alberto da Silva Costa - Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste - Junta de Freguesia da Vila das Lajes e Raquel Santos Mendonça - Junta de Freguesia do Porto Martins;-----

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Maria Nunes Simões e Lucília de Fátima Toste Ávila;-----

----- **Onze do PS** - Ricardo António Ferraz da Rosa, Rodolfo Paulo Silva Lourenço Franca, Carolina de Fátima Nunes Amaral, José Adriano Meneses Laranjo, José Manuel de Aguiar Paim, Eulália Ferreira Toste Leal, Simão Pedro Meneses Fonseca, Osvaldo Manuel Borges de Sousa - Junta de Freguesia do Cabo da Praia, António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz, Marco Aurélio Ferreira Toste - Junta de Freguesia de São Brás e Vasco Miguel Valadão de Lima - Junta de Freguesia da Vila Nova. -----

----- **Cinco abstenções, nomeadamente:**-----

----- **Uma do PPD/PSD** - Graça das Mercês da Silva Brum Pereira; -----

----- **Duas do PS** - Valter Manuel Linhares Peres e Carina Marlene Pires Dias;-----

----- **Duas do GCE** - Rita Lemos Borges e Bruno Manuel de Aguiar Borges. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Foram apresentados os seguintes votos: -----

----- Pelo Grupo PPD/PSD:-----

----- Voto de Congratulação, ao Município da Praia da Vitória, pelo Galardão de Prata no *Livcom Awards*, lido pelo Deputado Filipe Rocha. -----

----- **O Deputado José Laranjo** usou da palavra e disse que a bancada do PS se associava ao voto apresentado.-----

----- **A Deputada Diana Simões** usou da palavra e disse que a bancada do CDS-PP se associava ao voto apresentado. -----

----- **A Deputada Rita Borges** usou da palavra e disse que a bancada do GCE se associava ao voto apresentado.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PPD/PSD:-----

----- Voto de Congratulação, ao atleta André Cota, pelo título de campeão da ilha Terceira em Surf Open, lido pelo Deputado César Toste.-----

----- **A Deputada Diana Simões** usou da palavra e disse que a bancada do CDS-PP se associava ao voto.-----

----- **O Deputado Simão Fonseca** usou da palavra e disse que a bancada do PS se associava ao voto apresentado.-----

----- **A Deputada Rita Borges** usou da palavra e disse que a bancada do GCE se associava ao voto apresentado.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PPD/PSD:-----

----- Voto de Congratulação, ao compositor Gualter Silva, pelo reconhecimento, nacional e internacional, da apresentação da sua recente obra musical na 45ª Conferência Internacional da Associação Europeia de Professores de Piano, lido pelo Deputado João Paulo Ávila. -----

----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra e disse que a bancada do PS se associava ao voto. De seguida, questionou a Mesa sobre a veracidade da informação de que os votos não estavam a chegar a quem de direito e solicitou, caso assim fosse, que não voltasse a acontecer. -----

----- **O Presidente da Mesa** confirmou que havia um atraso no envio dos votos e disse que estava a ser feito um esforço para que o mais breve possível chegassem às pessoas em causa. -----

----- **A Deputada Diana Simões** usou da palavra e disse que a bancada do CDS-PP se associava ao voto apresentado. -----

----- **A Deputada Rita Borges** usou da palavra e disse que a bancada do GCE se associava ao voto apresentado.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

----- Pelo Grupo do PPD/PSD:-----

----- Voto de Congratulação, à Academia de Dança Juventude Desportiva Lajense, pelo título de campeã nacional em juventude iniciados latinas, lido pelo Deputado César Toste.- -----

----- **A Deputada Rita Borges** usou da palavra e disse que a bancada do GCE se associava ao voto apresentado.-----

----- **O Deputado Valter Peres** usou da palavra e disse que a bancada do PS se associava ao voto apresentado.-----

----- **A Deputada Diana Simões** usou da palavra e disse que a bancada do CDS-PP se associava ao voto.-----

----- (Texto integral, do voto, arquivado e faz parte integrante da presente ata). -----

----- **Submetido à votação, o voto, foi aprovado por unanimidade.** -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- Pelas dez horas e dez minutos iniciou-se o período da Ordem do Dia. -----

----- **1. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

----- **O Sr. Luís Miguel Sousa Ávila Azevedo**, interveio para dar conhecimento da gravidade da situação financeira da Rádio Clube de Angra, dando uma explicação de como a Rádio vive diariamente e de como vão sobrevivendo. Por último, deixou o desafio aos presidentes de junta de freguesia presentes, de se associarem à Rádio Clube de Angra, através do Sócio Instituição, pois esta seria uma mais-valia para a mesma.-----

----- **O Deputado Filipe Rocha** usou da palavra e disse que o grupo municipal do PSD mostrava a sua solidariedade com o problema e comprometia-se, dentro das limitações que todos tinham, de fazer o esforço de influência para que pudesse aparecer uma solução para o problema que a Rádio Clube de Angra tinha.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** interveio e disse que a Câmara Municipal reconhecia as dificuldades referidas, mas era importante deixar como mensagem que a mesma cedia instalações, de forma gratuita, à Rádio Clube de Angra fazendo o reconhecimento que não era a Rádio Clube de Angra, mas sim a voz da Terceira. Relembrou que, quinzenalmente, estavam juntos e agradeciam a forma como a Rádio ajudava a passar toda a atividade municipal e, nesse sentido, percebia o quanto a Rádio era parceiro importante da Câmara e vice-versa. Relativamente às candidaturas a que a Rádio se poderia candidatar, disse que não tinha sede no concelho, o que deixava algumas limitações, no entanto, poderiam avaliar a situação no sentido de, a par da referida cedência, avaliar se mais alguma coisa poderia ser feita. -----

----- **2. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL DESENVOLVIDA NO PERÍODO DE 12 DE SETEMBRO A 27 DE NOVEMBRO DE 2023.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado José Laranjo** colocou algumas questões: -----

----- 1ª Questão – em que ponto se encontrava a ida do município da Praia da Vitória ao FAM, quais os prós e os contras disso e se implicaria o aumento de taxas e de impostos, nomeadamente do IMI; -----

----- 2ª Questão – relativamente aos funcionários da Cooperativa Praia Cultural, quais os desenvolvimentos ocorridos e em que pé se encontrava a criação do grupo de trabalho pretendido;-----

----- 3ª Questão – relativamente à votação por maioria de que houvesse um retrocesso na decisão tomada sobre o funcionamento e horário dos ATL's, na passada reunião ordinária, questionou o que tinha sido feito e se estavam a estudar alterações ao inicialmente decidido. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** colocou algumas questões: -----

----- 1ª Questão – Relativamente à situação da Marina, questionou se havia alguma informação que pudesse ser partilhada;-----

----- 2ª Questão – Se algum seguro tinha pago as tendas que ficaram destruídas pela intempérie ocorrida e se ia haver substituição das mesmas;-----

----- 3ª Questão – Se havia alguma informação relativa à Comissão Bilateral ocorrida na Terceira, nomeadamente se havia algum desenvolvimento em prol do concelho no caso da descontaminação.-----

----- **O Deputado João Paulo Ávila** interveio para mostrar alguma perplexidade relativamente à intervenção do Deputado José Laranjo sobre o FAM, visto o aquele assunto já ter sido tantas vezes ali debatido. -----

----- **A Deputada Rita Borges** colocou algumas questões: -----

----- 1ª Questão – relativamente ao início da requalificação do miradouro da Serra do Facho, se tinha havido algum estudo sobre a sustentação dos respetivos elementos naquela zona, tendo em conta o peso e as forças que desempenhavam no terreno, e para se perceber, não só em relação à consolidação da zona, como também em relação à prevenção de intempéries futuras;-----

----- 2ª Questão – relativamente ao contrato ARAAL, para reativação do projeto *Terceira Tech Island*, qual o papel da Câmara Municipal tendo em conta a existência de outra entidade associada ao projeto e se o pagamento, em falta na altura da assinatura do contrato, tinha sido efetuado.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** iniciou a sua intervenção, dirigindo-se ao Deputado José Laranjo, dizendo que:-----

----- 1ª Questão – tinham feito a primeira consulta ao FAM em fevereiro do ano transato e, após isso, o que tinham mostrado era que poderia ser aquela a entidade a dar a compensação necessária, mas, na passada semana, tinha estado quer no Fundo de Apoio Municipal, quer na Direção Geral das Autarquias Locais, para se fazer um ponto de situação daquele que vinha sendo o trabalho decorrido no município de forma a poderem efetivar a respetiva submissão. Lembrou que já tinham promovido uma sessão aberta aos presentes para que pudessem conhecer o plano de apoio municipal a submeter, para que pudessem dar os seus pareceres e para perceberem o quanto era importante o mesmo ser submetido. Informou que o atraso verificado, devia-se a todo o trabalho burocrático que envolvia aquele processo, a todo o trabalho que envolvia a regularização da documentação para que houvesse a certificação de todos os valores e, havendo a certificação do fecho de contas de dois mil e vinte e três, o mais tardar no

mês de fevereiro seria feita a submissão e, aí, seria marcada uma sessão extraordinária da Assembleia, para apresentação e consequente aprovação do plano referido.-----

----- 2ª Questão – a situação permanecia exatamente da mesma forma, ou seja, ainda não tinham o documento assinado para poderem dar seguimento ao processo e a segurança que as pessoas mereciam. Acrescentou que não iam mudar a sua posição, aquilo a que se tinham comprometido, perante os funcionários e perante o Governo Regional, iam manter, isto é, o acolhimento de todos estes funcionários, no processo de internalização, a par de todos os outros. Disse lamentar que isso ainda não tivesse sido feito e disse que queria que ficasse claro que o município o que tinha solicitado ao Governo Regional era que a par da assinatura do memorando, fosse assinado um contrato ARAAL para fazer a sustentação financeira de todos aqueles elementos, por isso, achava que poderia levar um pouco mais de tempo porque o contrato ARAAL seguia outros meandros, mesmo assim, não ia abdicar de assinar os dois documentos em simultâneo, porque só assim a Câmara e os funcionários estavam salvaguardados. -----

----- 3ª Questão – o compromisso tinha sido o de avaliar as condições da Câmara, mas o que era certo era que as condições continuavam as mesmas na gestão daquela componente educativa no apoio aos ATL's. -----

----- Relativamente ao Deputado Bruno Borges, o **Vice-Presidente Ricky Batista** disse que: -----

----- 1ª Questão – estavam a trabalhar em conjunto com a Capitania do Porto, pois havia questões muito complicadas porque aquele era um processo que envolvia muitas entidades e estavam a tentar que a embarcação fosse removida o mais depressa possível, mas havia limites de atuação da Câmara. Informou que, em conjunto com o destacamento americano, tinham colocado barreiras para garantir que algum combustível fosse captado, estavam a fazer análises da água e estavam a acompanhar o processo de perto, mas este era difícil, longo e desagradável para todos. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** continuou a responder ao Deputado Bruno Borges, dizendo que: -----

----- 2ª Questão – não existia qualquer tipo de seguro para a tenda destruída, no entanto, tinham tido a felicidade dos técnicos que já tinham vendido material para a mesma, noutra situação semelhante, estavam na Terceira para apresentarem novos equipamentos e tiveram o privilégio de irem avaliar o material, a forma como estava danificado e o que ainda poderia ser recuperável. Informou que, a partir do dia doze de janeiro a equipa ia voltar à ilha, iam avaliar as peças sem danos, dar o custo de todas as que estivessem em falta para que a estrutura ficasse devidamente reposta e uma das propostas que tinham feito era dar formação aos funcionários camarários. -----

----- 3ª Questão – tinha conhecido a equipa mas num momento, unicamente, de cumprimentos e não de trabalho, porque estes eram muito restritos e a Câmara Municipal não tinha assento. Disse que ainda não tinham recebido qualquer relatório da parte do fecho dos trabalhos dirigidos ao município da Praia da Vitória, apenas têm os dados que a comunicação social tinha fornecido. -----

-----Relativamente às considerações que o Deputado João Paulo Ávila tinha explanado, agradeceu tê-lo feito porque muito já tinha sido ali falado sobre o FAM e cada vez mais se comprovava o quanto a Câmara precisava da sua colaboração. -----

-----Relativamente às questões da Deputada Rita Borges, disse que: -----

----- 1ª Questão – tinham sido surpreendidos com aquela situação, o que os tinha deixado preocupados face a um inverno rigoroso que já se vivia e estavam a tentar, pelo menos, acautelar as situações de segurança. Informou que a avaliação tinha sido feita internamente, mas com uma reunião com os vários empreiteiros, para estes avaliarem e perceberem quais deles teriam a oportunidade de apoiar a Câmara na reestruturação do miradouro, o que tinha sido conseguido e, por isso, se tinha iniciado os trabalhos na tentativa de minimizar qualquer tipo de outro dano e, principalmente as questões de segurança. -----

----- 2ª Questão – a Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo ia ficar com a componente de dinamização e atração das empresas, enquanto a Câmara Municipal continuaria a ser parceira na gestão dos espaços. Informou que tinha havido a inclusão da vice-presidência do Governo, com a intenção de tornar a dinamização um pouco mais alargada e até mesmo a dinamização diferenciada noutros locais, para que não tivesse que haver unicamente os arrendamentos centrados na zona urbana da cidade. Concluiu dizendo que a entrada de outros elementos, com outras dinâmicas associadas, poderia ser muito benéfico para verem crescer aquele projeto e era daquela forma que contavam que acontecesse. -----

----- **O Deputado Simão Fonseca** questionou em que ponto estava o Conselho Municipal de Juventude. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, até ao final do ano não iam conseguir assegurar mais nenhuma sessão daquele órgão, no entanto, no início do próximo ano seria agendado, por forma a fazer cumprir a legalidade daquela situação. Acrescentou que, em termos de dinâmicas da juventude, elas vinham a crescer e tinham tido o benefício de criar aquele Conselho, por isso, reconheciam a importância que o mesmo tinha para o desenvolvimento das políticas de juventude na Praia da Vitória. -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** lembrou que na reunião, que todos deveriam ter estado presentes, tinham feito clara referência ao IMI, isto é, tinham dito que não viabilizariam nenhum projeto de intervenção do FAM que trouxesse o aumento do mesmo, sendo certo que reconheciam que aquela posição reduzia a capacidade de ação da Câmara, mas era um ponto que já tinham assumido como intransponível. Acrescentou que lhe causava estranheza que a bancada do PS não estivesse presente, na referida reunião, a colocar as questões que estavam a apresentar naquele momento, pois estas tinham sido amplamente respondidas na mesma e tinha sido permitido o debate que levou ao esclarecimento, não só dos condicionalismos associados à introdução do FAM, como às suas vantagens, nomeadamente a redução clara dos juros e a consolidação da dívida num só empréstimo. Relativamente à tenda, disse que esta tinha um valor incalculável e não a podiam sustentar, por isso, tinha que ser tratada com grande cautela. -----

----- **A Deputada Rita Borges** questionou, relativamente ao *Terceira Tech Island*, o porquê da grande diferença de valores entre a parte associada à Câmara e à Câmara de Comércio se a Câmara Municipal só ia continuar a manter a gestão dos espaços. De seguida, informou que iam entregar um requerimento à Mesa com questões mais específicas sobre o assunto em causa.-----

----- **O Deputado Valter Peres** iniciou a sua intervenção dizendo que aquele era um espaço importante de conhecimento e de acompanhamento, por parte dos praienses, ao contrário da reunião referida anteriormente, e aqueles assuntos iriam ser presentes naquele órgão sempre que assim o entendessem. De seguida, disse que era importante que ficasse claro que há um ano a Sra. Presidente tinha dito que não havia plano B, que para negociação com o FAM tinha que haver aumento de impostos e agora estavam a dizer que isso não ia acontecer. Referiu que a negociação podia ser diferente, por isso o que queriam era saber o que estava a acontecer e lembrou que normalmente as contrapartidas que o FAM apresentava para o saneamento financeiro eram relevantes para as pessoas, por isso, eram imensos os municípios com dificuldades financeiras no país, mas eram poucas as que recorriam ao FAM, aliás, fugiam dele e deu como exemplo a Câmara da Madalena do Pico. Posto isso, disse que todos os municípios fugiam daquela solução, mas a Presidente da Câmara da Praia da Vitória a primeira coisa que tinha dito era que queria ir ao FAM. Concluiu questionou se ia ou não haver, na negociação com o FAM, aumento de taxas e impostos. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** disse, ao Deputado Valter Peres, que lhe respondia com muito gosto, mas primeiro gostava de saber se este tinha perguntado aos seus colegas de bancada, que tinham estado na apresentação do plano, se neste constava a inclusão de impostos e se este conhecia o plano apresentado. Repetiu que nas negociações iam fazer de tudo para saírem ao mínimo prejudicados, mas não era por isso que não precisavam de ajuda externa. Referiu que o Deputado Valter Peres não tentasse vender às pessoas que o FAM obrigava à imposição de aumento de impostos, porque o que obrigava era a ser apresentada uma situação o mais equilibrada possível e que pudessem ser cumpridores com aquilo que a entidade estava disponível para fornecer à Câmara. Acrescentou que não podiam dizer que não iam surgir algumas imposições mas, mesmo assim, no plano não constava aumento de impostos, o que significava que a situação poderia não ficar facilitada nos próximos anos e iam ter que saber viver com as condições que lhes fossem asseguradas por parte do FAM, porque se não tivessem aumento de receita teriam mais tempo para irem amortecendo os compromissos com aquela entidade. Concluiu solicitando, novamente, que a sua questão inicial fosse respondida.-----

----- **O Deputado Ricardo Rosa**, relativamente ao acidente ocorrido na Marina, sugeriu que houvesse um trabalho mais profundo e que pudessem ir mais longe no sentido de aproveitar aquela ocorrência para adequar o regulamento para que a Câmara visse salvaguardada toda a sua responsabilidade numa ocorrência daquela natureza. Relativamente à reunião da Comissão Bilateral na ilha Terceira, disse que fazia todo o sentido que o breve contato da Sra. Presidente com esta Comissão, limitada a uma apresentação de cumprimentos, fosse mais além e que continuasse a ter a posição de

defesa pelo assento na mesma de um representante do município. Concluiu dizendo que, questões como aquela eram verdadeiramente importantes para os praienses, o povo estava atento e vinha a perceber que em muitas situações, em que a autarquia podia ter oportunidade de trazer vantagens para o concelho, perdia-as com alguma frequência, o que em termos de desempenho camarário era nota negativa, sabendo que estavam numa avaliação contínua, mas certamente que a avaliação sumativa iria acontecer e todos aqueles pontos, que vinham sendo negativos na ação do executivo, não abonavam em nada a favor da comunidade. -----

----- **O Deputado José Laranjo**, relativamente aos funcionários, disse que fazia das palavras da Sra. Presidente as suas e estendia o seu lamento. Acrescentou que isso só provava, mais uma vez, o abandono a que a Praia foi votada e que esperava que aquela situação se resolvesse o quanto antes, a bem das pessoas que estavam com as suas situações pendentes. Quanto aos ATL's, mencionou que não tinha sido só da concordância da bancada do PS, mas também da concordância de alguns membros da bancada do PSD e que se a Sra. Presidente dizia que a situação estava resolvida, certamente seria para esta e para o seu executivo, pois a certeza que tinha era de que os pais, pelo menos os do ATL de São Brás, continuavam com as mesmas dificuldades e incertezas. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado Ricardo Rosa informando que, em relação à ocorrência na Marina, o Regulamento em vigor datava de dois mil e onze e aprazia-se de o alterar para o complementar e preparar para algum facto e ocorrência que acontecesse e que pudesse estar devidamente salvaguardado. Disse que o acompanhamento que estava a ser feito, era algo que não dependia unicamente do município, tratava-se de um privado que já tinha sido devidamente notificado e tinham que seguir todos os trâmites legais, que tudo estava a ser devidamente diligenciado com o acompanhamento da Capitania do Porto para que nada falhasse. Em relação à reunião da Bilateral, respondeu que tinha sido bastante proveitoso poder estar numa sessão de apresentação de cumprimentos e poder marcar a posição do município. Acrescentou que, os anteriores presidentes da Câmara nunca tinham conseguido ter assento naquela reunião, sendo certo que tinha que haver reivindicação, mas a sua aceitação era outra situação. Informou que tinha sido solicitado, pelo menos, o envio de um relatório para conhecimento daquilo que o município devia saber, para salvaguardar as suas decisões/atuações. -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** interveio e disse que queria subscrever as palavras do Deputado Ricardo Rosa, relativamente à revisão do regulamento. Sobre a questão da Bilateral, disse concordar que se devia pugnar pelo reforço da presença do município e que era do interesse de todos que se viesse a conseguir isso. De seguida, esclareceu que tinha sido aquela bancada a chumbar o aumento do IMI e tinham-no feito por uma questão óbvia, por um compromisso eleitoral que tinham e até por uma questão ideológica, ou seja, não estavam desalinhados com a Sra. Presidente, antes pelo contrário e, depois do assunto discutido, aquela posição tinha decorrido do conceito de liberdade que estava presente naquela bancada. Concluiu dizendo que as autarquias fugiam do FAM porque este introduzia, na gestão camarária, um conceito de

fiscalização e de escrutínio nas contas que a maioria não queria, disse que se este já tivesse entrado, muitas coisas não tinham sido feitas e que o FAM não era uma opção política, mas sim uma consequência da gestão socialista e que eram de crer que ia trazer benefícios ao município. -----

----- **O Deputado César Toste** usou da palavra e lembrou que o Deputado Valter Peres tinha dito que era através daquele órgão que as pessoas deviam conhecer e saber das situações, mas que se lhes era dada a oportunidade de estarem preparados/cientes das situações apontadas e que a Câmara queria ver esclarecidas era importante aproveitarem-nas para que as perguntas feitas ali não fossem enviesadas no sentido de que não se sabia e os praienses não sabiam. De seguida, lançou o desafio à Câmara de na próxima Assembleia trazer a equipa que tinha apresentado o plano, a apresentar ao FAM, para que se conhecesse e desse a conhecer aos praienses através da Vitec. De seguida, e na sequência da intervenção do Deputado Ricardo Rosa, questionou os praienses que estavam a assistir que avaliação faziam do PS que tinha escondido e deixado de pagar dívida e de pagar aos fornecedores. Quanto à avaliação daquele executivo, disse que realmente se queria ter resultados rápidos, mas tudo demorava e queriam eles ter as soluções rápidas para dar o dinheiro que faltava aos fornecedores, às instituições e para ajudar mais as famílias. Posto isso, mais uma vez, questionou onde se ia buscar os milhões que eram necessários para que isso acontecesse e como se resolvia aquela situação. Acrescentou que eram várias as trapalhadas que estavam a ser resolvidas e que iam permitir perceber o que realmente a Câmara estava a dever. Concluiu questionando qual era a responsabilidade social que todos tinham naquele órgão ao aprovar documentos e lembrou que estavam a ser alvo de inspeção devido a decisões erradas tomadas no mesmo. -----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que mesmo que tivesse que pedir desculpas por alguma coisa que tivesse dito à Sra. Presidente, nunca deixaria de lhe responder. Mencionou que a Sra. Presidente tinha confundido o plano e a realidade do FAM, que era claro que conhecia o plano e lembrou que eram aqueles deputados que o iam aprovar. Lembrou que não era o Tribunal de Contas que dizia que tinham que ir para saneamento financeiro e que esta até tinha dito que o mesmo, com as contas até dois mil e vinte e um, não era enquadrável, mas a partir de dois mil e vinte e dois tinha passado a ser, já com um ano e tal de trabalho do atual executivo. De seguida, disse que nas contas de dois mil e vinte e dois a Câmara tinha feito um empréstimo de dois milhões de euros, como habitual, para tesouraria e porque havia a certeza que o Governo Regional cumpria a sua parte transferindo naquele ano o milhão de euros de Santa Rita, o que não se tinha verificado e, por isso e pela primeira vez na história, a Câmara tinha falhado um compromisso com a Banca, levando o FAM a pensar/perceber que se uma Câmara falhava um compromisso já era enquadrável e que era importante perceber que a referida falha tinha relevância para as contas. Lembrou que a Sra. Presidente tinha dito que o Governo ia ajudar na resolução das situações, mas não se lembrava de isso ter acontecido e que tinha situações em que as pessoas não tinham ligado, como por exemplo a promessa das roldanas do teleférico da Fonte do Bastardo em que se tinha pensado que era apenas campanha eleitoral, mas já as questões da

Canada da Bica sim, isto é, havia formas/ferramentas que a Sra. Presidente tinha junto do Governo Regional, como outros tinham tido, para tal e o que sentia era que esta não tinha lutado por outras formas de fazer as coisas antes de ir diretamente ao FAM. Relembrou que, até à data nunca lhes tinha sido dito a forma como se ia fazer as coisas, para que pudessem fazer a respetiva avaliação e sabiam que não se podia fazer tudo de uma vez, mas sim com tempo, lógica e com intervenção planeada e aquela era a proposta daquela bancada. Acrescentou que, o Governo Regional, apesar da Sra. Presidente ser vice-presidente do seu partido, não vinha a ajudar a Praia em nada, não havia um único investimento na mesma o que espelhava como o PSD e o CDS, no Governo Regional, olhavam para a Praia da Vitória e a forma como a Sra. Presidente estava a fazer a sua gestão. Concluiu dizendo que estavam ali para que as pessoas tivessem a sua vida o menos difícil possível e pediam à Sra. Presidente que fizesse o mesmo e, assim, conseguisse que a Praia tivesse mais apoio do Governo Regional. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado Valter Peres relembrando-o de algumas coisas que o PS não tinha feito, como por exemplo, o milhão de Santa Rita, que quando tomou posse, nem tão pouco contratualizado estava. Confirmou que, efetivamente o pagamento não tinha sido efetuado na data devida, mas na próxima sessão da Assembleia iam trazer o Relatório do Tribunal de Contas que referia o incumprimento do mesmo. Acrescentou que, em dezembro de dois mil e vinte e um, também não havia contratualização em relação ao projeto do *Terceira Tech Island* que cobrisse os valores desse ano e tinha sido em dezembro do mesmo que tinha conseguido, junto do seu partido e dos partidos da coligação, fazer um contrato ARAAL que sustentasse esses mesmos valores, ou seja, para dois mil e vinte e um e vinte e dois. Disse que o que estavam a fazer era ter uma atitude responsável, era dizer às pessoas o que estavam a fazer e depois de tantas sessões da Assembleia a falar sobre o assunto, não percebia como se podia dizer que não havia informação sobre tal. Referiu que o Deputado Valter Peres se mostrava completamente desinformado e que ler os documentos e perceber o que vinha sendo trabalhado, era importante para ele. Relembrou que, desde que ali chegaram, não tinham feito outra coisa se não trabalhar para pôr em prática a internalização e poderem ter a situação financeira estabilizada e isso passava por ajuda externa, pois não havia nenhuma entidade bancária que lhes pudesse estender a mão e tudo o que tinham estava hipotecado. Concluiu solicitando, novamente, à bancada do PS que apresentasse outra solução que não aquela. -----

----- **A Deputada Eulália Leal** interveio e disse que tinha estado presente na reunião referida pelo Deputado Filipe Rocha, a qual tinha considerado informativa, uma partilha de informação dada por dois técnicos da empresa que estava a estudar e a trabalhar com o executivo sobre as medidas a tomar posteriormente. Informou que, não tinha recebido previamente nenhuma documentação sobre o teor da reunião, tal como posteriormente sobre o apresentado e que sempre tinha achado que o esperado da referida reunião era que tivesse saído um trabalho definido para apresentar. Relembrou que, por várias vezes se tinha notado opiniões diferentes entre os dois técnicos, o que dificultou o tomar nota sobre o que se estava a falar. Confessou que, a ideia com que tinham ficado era que mais informação e todo aquele trabalho seria apresentado em sede de Assembleia

Municipal, que era onde todas aquelas questões eram discutidas. Posto isso, disse que lhe custava ouvir falar naquela reunião como se esta fosse definitiva, uma proposta para aprovação e não concordava quando a Sra. Presidente mencionava que a proposta tinha sido apresentada, pois não considerava que assim o tivesse sido. -----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** usou da palavra para criticar a atuação dramática do Deputado César Toste em relação às matérias, pois como de costume não trazia nada de novo ao debate e à discussão dos temas daquilo que verdadeiramente interessava e, por isso, achava que este deveria rever a forma de se dirigir às bancadas dos partidos da oposição. Relativamente às dívidas, disse que ambos os partidos tinham encontrado dívidas aquando da sua chegada à Câmara Municipal, ou seja, achava que havia um excesso de dramatização dos assuntos que não abonavam em nada a favor do crédito que aquela instituição devia ter junto da comunidade. Concluiu propondo, sobre a questão do FAM e uma vez que havia imensas divergências e imensas perspetivas, algumas até com fraco fundamento técnico, porque não criar uma comissão, com representantes dos partidos com assento na Assembleia, para haver uma avaliação técnica, uma outra preparação e abordagem àquele documento de fulcral importância para os destinos da Praia e que até seria transversal ao mandato, que estava praticamente a acabar, da coligação.-----

----- **O Deputado Pedro Pinto** iniciou a sua intervenção dizendo que, em relação ao muito que já tinha sido dito, não podia deixar passar tanta mentira, porque já se havia discutido várias vezes a questão do financiamento do Bairro de Santa Rita e o PS continuava a insistir na mentira de que o dinheiro não tinha vindo porque o Governo de coligação não queria mandar o mesmo. Posto isso, lembrou que o mesmo tinha acontecido devido à falta de contrato/de documento legal entre o Governo e a Câmara Municipal, por isso, tudo teve que ser feito desde o início e só depois disso e da disponibilidade financeira a transferência foi feita. Lembrou que a Câmara tinha cumprido a sua responsabilidade dentro do prazo legal/contratual, que havia sido feito nos anos antes, com os proprietários dos terrenos. Relativamente à afirmação da falta de investimento na Praia da Vitória, disse que no dia anterior tinha estado presente na apresentação do lançamento da terceira fase, para concluir, a construção do Bairro Nossa Senhora de Fátima. Informou que lhes tinha sido explicado que o atual Governo Regional, aquando da tomada de posse, tinha verificado que para dar seguimento ao investimento no referido Bairro, era preciso a sua legalização, isto é, nada do que estava construído, estava legal e isso tinha sido iniciado no consolado do PS, inaugurado por Roberto Monteiro. Quanto à Bilateral e ao facto de Roberto Monteiro ter feito um grande esforço para que a Câmara tivesse assento na mesma, disse nunca ter visto este em nenhuma dessas reuniões, tal como nunca tinha visto o Tibério Dinis, isto porque não tinham assento e a Sra. Presidente tinha estado presente na última reunião, realizada na ilha Terceira, porque tinha sido convidada. Concluiu afirmando que a bancada do PS queria sempre passar a ideia de que conseguiam e faziam tudo, mas isso não passava de um conjunto de mentiras para tentar enganar as pessoas.-----

----- **O Deputado John Borges** interveio e disse que tinham trazido à discussão o conteúdo do manifesto da equipa candidata à Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo,

o atual executivo da mesma, o que não fazia sentido nenhum porque estavam na Assembleia Municipal e não na Assembleia de Freguesia. Acrescentou que a bancada do PS estava expressamente proibida de falar na freguesia da Fonte do Bastardo nas sessões daquele órgão e que se alguém quisesse algum esclarecimento estava disponível para o fazer. Concluiu dizendo que o PS já tinha tido o seu *timing* certo para se lembrar da Fonte do Bastardo, mas tinham-se esquecido que esta fazia parte do mapa da ilha Terceira durante todos os anos que estiveram na Câmara. -----

----- **O Presidente da Mesa** interveio e disse, ao Deputado John Borges, que não podia proibir qualquer deputado de abordar o assunto que entendesse. -----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** em defesa da honra disse que a Sra. Presidente não devia admitir, naquele órgão, as palavras utilizadas pelo Deputado Pedro Pinto, quando este o tinha chamado, de forma descarada, de mentiroso. Dirigiu-se ao referido deputado dizendo que o que este tinha dito, dizia mais sobre ele próprio do que sobre a quem se tinha dirigido. Concluiu dizendo que já conhecia o CDS-PP há muitos anos e tinha pena que atualmente este fosse representado por aquele tipo de calibre de linguagem. -----

----- **O Presidente da Mesa** esclareceu que a condução dos trabalhos e o controlo do que podia ser dito naquele órgão, não cabia à Sra. Presidente de Câmara, mas sim ao Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** agradeceu à Deputada Eulália Leal por esta ter dado o seu testemunho sobre uma reunião, independentemente da sua opinião sobre a mesma, que tinha o efeito virtuoso de mostrar que de facto ela aconteceu e não tinha sido só um evento entre ele e a Sra. Presidente. De seguida, esclareceu que não se tinha referido àquela reunião como definitiva, nem esperava que dela decorresse, imediatamente, o plano de intervenção, até porque lá tinha sido dito que aquele era um processo de discussão e que, posteriormente a Câmara haveria de apresentar o mesmo. Relembrou que já tinham votado consequências do referido trabalho e quando o Deputado Valter Peres dizia que Câmara da Praia não aparecia como tendo endividamento excessivo, certamente se devia ao facto de este ter entendido não referir que a primeira avaliação não contemplava a dívida que estava fora do perímetro da Câmara, porque se estivessem apenas a falar da Câmara da Praia da Vitória, teriam a necessidade de outra intervenção. Quanto aos quinze dias de falha no pagamento de uma obrigação financeira, disse que havia uma sociedade da responsabilidade da Câmara do PS que tinha estado quatro anos sem pagar empréstimos e, por isso, vir agora fazer um grande espetáculo por causa de quinze dias era esquecer-se disso mesmo, e era devido a esse grande período de incumprimento que atualmente não se conseguia nenhum financiamento bancário. -----

----- **O Deputado César Toste** disse que cada um fazia a sua interpretação das coisas e se o Deputado Ricardo Rosa achava que ele fazia muito teatro e não acrescentava nada tinha pena, mas aquela era a sua maneira de ser e até dois mil e vinte e cinco era o que iam ter da sua parte. De seguida, lembrou que o Deputado Valter Peres tinha referido duas coisas muito importantes “...as coisas às vezes levam tempo...”, “*capacidade*”, pois era certo que o PS não tinha tido tempo de resolver a situação de Santa Rita, desde o anúncio na Assembleia Regional de que o iam resolver, em dois mil e dezoito, até

dois mil e vinte e um não tinham tido tempo de fazer um contrato ARAAL. Posto isso, questionou a quem se estava a tapar os olhos e acrescentou outro exemplo, o processo da internalização, que não tinham tido tempo de resolver e o atual executivo já o tinha feito, o que era de louvar. -----

----- **O Presidente da Mesa** pediu que se abstivessem da elevação das palavras e expressões menos próprias para o momento, para o respeito mútuo e, sobretudo, para as pessoas que estavam a acompanhar a Assembleia.-----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **3. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRAÇÃO DE FINANCIAMENTO DE CURTO PRAZO, NA MODALIDADE DE CONTA CORRENTE, ATÉ AO MONTANTE DE DOIS MILHÕES DE EUROS, A MOVIMENTAR DURANTE O ANO DE 2024 – RELATÓRIO DE ANÁLISE.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado José Laranjo** informou que a bancada do PS ia votar favoravelmente o ponto em discussão, por se tratar de uma situação normal que ocorria todos os anos. De seguida, disse lamentar, profundamente a intervenção do Deputado Pedro Pinto em chamar mentirosos a todos os membros da bancada do PS, pois isso era falta de elevação, de nível e de caráter. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** dirigiu-se ao Deputado José Laranjo dizendo que falta de caráter era ir à Assembleia Municipal, sessão atrás de sessão, mentir sistematicamente para enganar deliberadamente as pessoas que estavam em casa e que não tinham acesso aos mesmos documentos que os deputados ali presentes e quem insistia na mentira era mentiroso.-----

----- **O Deputado Valter Peres**, em defesa da honra, disse que não era possível enquadrar tudo dentro da mesma afirmação, pois não tinha havido falta de humanidade por parte da bancada do PS e dizer-se que isso tinha acontecido não era certo. Dirigiu-se ao Deputado Pedro Pinto e disse que por este dizer uma coisa não significava que esta fosse verdade e a verdade com que aquela bancada via as coisas também tinha que ser dita e manter-se-ia. Em defesa da honra disse que a legitimidade que tinha de falar e trazer àquele órgão os diversos assuntos tinha-lhe sido concedida, e a todos os presentes, pelo povo que tinha votado, por isso, não havia assuntos que não podiam trazer por já o terem feito e se insistiam neles era porque assim o entendiam e tinham legitimidade para tal. Concluiu dizendo que não admitiam que os chamassem de mentirosos nem que fossem acusados de “...você*s fizeram isso...*”, pois todos tinham sido eleitos e ninguém tinha feito parte do executivo. Acrescentou, ainda, que dizer o que se pensa, sente ou entende de uma coisa não fazia de ninguém mentiroso, apenas fazia discordar, naquele caso em concreto do Deputado Pedro Pinto e este precisava aceitar essa discordância, pois era para isso que estavam ali, para terem opiniões diferentes. -----

----- **O Presidente da Mesa** voltou a pedir que, dentro da urbanidade e do respeito da própria Assembleia e nas consecutivas interrupções que estavam a acontecer, que se

abstivessem disso. De seguida, esclareceu que aquela Mesa nunca tinha impedido que algum deputado se pronunciasse sobre qualquer assunto. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto**, em defesa da honra da bancada, disse que a gargalhada da bancada do PS expressava bem a arrogância com que este estava naquela Assembleia, ou seja, o PS dizia o que bem lhe apetecia e achava que os outros não tinham direito à sua opinião e ficava incomodado quando era confrontado com a realidade dos factos. Relembrou que todos tinham sido eleitos no mesmo ato eleitoral, tinham todos a mesma legitimidade de ali estar e todos tinham a mesma honra e o direito a ela, mas reafirmava que quem insistia na mentira era mentiroso e que não contassem com ele para usar o termo “inverdade”, porque ou havia verdade ou havia mentira. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **4. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2024.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **5. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE 5% NO IRS RELATIVAMENTE AOS RENDIMENTOS DE 2024.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **6. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA O ANO DE 2024.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **7. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DEDUÇÃO FIXA À TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA AGREGADOS FAMILIARES.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto. -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** interveio para enaltecer o esforço em aumentar a dedução, embora gostassem que fosse ainda mais. -----

----- **O Deputado Valter Peres** informou que a bancada do PS ia votar a favor da proposta apresentada, lembrando que aquela era uma proposta, de já muito tempo, do PS.

----- **A Deputada Diana Simões** usou da palavra e disse que, apesar de todos os constrangimentos conhecidos, a Câmara ainda conseguia dar aquela dedução às famílias e congratulou a mesma por isso mesmo. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

-----**8. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PARA 2024.**-----

-----**A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

-----**Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

-----**O Presidente da Mesa** eram treze horas, interveio e propôs que se fizesse um intervalo, para o almoço, o qual foi aceite.-----

-----Pelas quinze horas e dez minutos reiniciaram-se os trabalhos.-----

-----**9. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA – MODELO DE ESTRUTURA ORGÂNICA.**-----

-----**A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

-----**O Deputado Valter Peres** informou que a bancada do PS se ia abster no ponto em causa, por acharem que aquela era uma decisão da Câmara.-----

-----**O Deputado Pedro Pinto** informou que o grupo do CDS-PP ia votar favoravelmente aquela proposta por esta ser a materialização do que se vinha a discutir desde o início daquele mandato.-----

-----**Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

-----**Dezoito votos a favor, nomeadamente:**-----

-----**Treze do PPD/PSD** - Paulo Manuel Martins Luís, Silvestre Miguel Simões da Rocha, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira, João Paulo Rocha Ávila, Diana Andrade Ferraz Gomes, Telmo Tiago de Freitas Sequeira, Filipe Barcelos Rocha, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Agualva, Luís Carlos Duarte Vieira - Junta de Freguesia dos Biscoitos, John Oliveira Borges - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Carlos Alberto da Silva Costa - Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste - Junta de Freguesia da Vila das Lajes e Raquel Santos Mendonça - Junta de Freguesia do Porto Martins;-----

-----**Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Maria Nunes Simões e Lucília de Fátima Toste Ávila;-----

-----**Dois do GCE** - Rita Lemos Borges e Bruno Manuel de Aguiar Borges;-----

-----**Doze abstenções do PS** - Ricardo António Ferraz da Rosa, Rodolfo Paulo Silva Lourenço Franca, Valter Manuel Linhares Peres, Carina Marlene Pires Dias, Carolina de Fátima Nunes Amaral, José Adriano Meneses Laranjo, José Manuel de Aguiar Paim, Eulália Ferreira Toste Leal, Simão Pedro Meneses Fonseca, Osvaldo Manuel Borges de Sousa - Junta de Freguesia do Cabo da Praia, Bruno Narciso Meneses Lopes – Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras e António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz.-----

----- **10. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA, PARA O ANO DE 2024.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado Bruno Borges** iniciou a sua intervenção dizendo que o orçamento apresentado deixava o GCE relativamente confortável em relação ao mesmo, isto porque conseguia fazer face a todas as obrigações do município da Praia da Vitória. Posto isso, disse que gostaria de abrir os dois pontos relativamente ao um milhão, oitocentos e sessenta e um mil, duzentos e quinze euros, ou seja, tinham que separar aquele valor em dois aspetos, a receita corrente – quatrocentos e vinte mil euros e trezentos e cinquenta e cinco e a receita de capital – um milhão, quatrocentos e quarenta mil, oitocentos e sessenta, isto porque o valor monetário que vinha a mais não era necessário para o orçamento que a Sra. Presidente tinha previsto e, dessa forma, aquele dinheiro tinha que ser aplicado de alguma maneira. Disse que, para o GCE, havia ali um potencial investimento na Praia, de cerca de dez milhões de euros, isto é, oitenta e cinco por cento eram a fundo perdido, se quisessem esgotar todo o capital referente a receitas de capital, podendo investir o mesmo no desenvolvimento do concelho da Praia e a outra parte da receita corrente poderia ser utilizada no apoio às instituições, à economia local, apoios sociais e investimento na cultura. Informou que aquelas eram as propostas daquela bancada para o remanescente de dinheiro que existia com a possibilidade de investimento. A nível das receitas de capital disse que se podia traduzir aquele valor em um investimento de cerca de dez milhões de euros, como já havia referido, e bastava pegar no manifesto da Sra. Presidente ou em ideias antigas que existiam para a Praia para encontrar investimento a fazer e enumerou várias propostas. Concluiu dizendo que aquele era o momento ideal de fazer com que a Praia pudesse voltar a investir e cumprir com tudo aquilo que era suposto cumprir para o ano de dois mil e vinte e quatro.-----

----- **O Deputado Valter Peres** colocou duas questões:-----

----- 1ª Questão – não aparecia nenhum investimento a financiar com oitenta e cinco por cento a fundo perdido no PO2030; -----

----- 2ª Questão – conhecidos que estavam os avisos para a candidatura a publicar até agosto do corrente ano, não se identificava nenhuma prioridade de investimento da Câmara Municipal da Praia da Vitória que se pudesse candidatar. -----

----- **A Deputada Eulália Leal** questionou o porquê dos subsídios a atribuir à Cooperativa Praia Cultural se manterem naquele orçamento, tendo em conta o processo de internalização da mesma na Câmara. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** iniciou a sua intervenção agradecendo ao Deputado Bruno Borges pelas suas considerações em relação à proposta apresentada. Relativamente às explicações solicitadas pelo Deputado Valter Peres, disse que tinham, naquele orçamento, uma oportunidade para se pensar e pôr em execução vários investimentos estruturantes para a Praia da Vitória, relativamente aos fundos estruturais e estes, através do novo quadro comunitário quanto às inscrições em orçamento, estes só podiam estar transpostos neste mediante assinaturas de aceitação dessas mesmas candidaturas, o que não tinham naquele dia, nem muito menos à data em que aquele

orçamento estava a ser preparado. Disse que estavam apenas a fazer cumprir as regras orçamentais e, por isso mesmo, tinha referido que a partir de janeiro do próximo ano teriam de vir à Assembleia para uma primeira revisão para se fazer o acolhimento de toda aquela verba. Acrescentou que, aquela que seria a proposta do novo quadro era muito benéfica para poderem tirar proveito em diversas áreas e aquilo que tinham que fazer, dentro da gestão dos valores que tinham para trabalhar, era preparar todas as candidaturas e perceber se tinham capacidade de assumir o valor que cabia ao município, ou seja, não seria por falta de vontade, mas sim por capacitação deste. Quanto à questão da Deputada Eulália Leal, disse que enquanto estavam a fazer a transição de toda a atividade e tudo o que envolvia esta, tinha que haver sustentação financeira e uma vez que não conseguiram introduzir o valor de um milhão e oitocentos naquele orçamento, tinham que garantir que a Cooperativa continuasse a ter aquela sustentabilidade. Acrescentou que a modalidade se mantinha através de contrato programa e até que pudesse haver essa transição, aquilo a que se propunham eram vir àquele órgão e fazer a revisão em baixa. Concluiu dizendo que enquanto aquelas pessoas não passassem para o quadro do município, ainda estavam afetas à Cooperativa Praia Cultural e o valor para acomodar todos esses ordenados tinha que estar nesta. -----

----- **A Deputada Raquel Mendonça** interveio e disse esperar que não se perdesse o compromisso da abertura de um bar de apoio à zona balnear do Porto Martins e que aquele era um compromisso que queriam ver vingado no próximo ano, pois havia tempo suficiente para recuperação do espaço e sair em candidatura de concessão no mesmo período que os outros bares de apoio nas freguesias vizinhas. Relativamente ao parque escolar, disse que mesmo que a Sra. Presidente se parecesse que não fazia nada, fazia muito, porque há mais de dezoito anos que a escola do Porto Martins não era pintada e no corrente ano isso tinha acontecido, por isso, agradeceu à mesma e disse que iam estar atentos para a fazer cumprir a promessa para o ano de dois mil e vinte e quatro. -----

----- **O Deputado César Toste** congratulou a Câmara pelo orçamento apresentado, por três aspetos, ser realista, transparente e não empolado. De seguida questionou: -----

----- 1ª Questão - para quando se previa o pagamento em falta às instituições e juntas de freguesia; -----

----- 2ª Questão – o que os lajenses podiam esperar relativamente à parte do parque empresarial, uma vez que a rubrica se mantinha aberta. -----

----- De seguida enumerou algumas preocupações, nomeadamente o parque escolar e a situação da estrada regional e solicitou que se fizesse um ponto de situação relativamente a isso por achar que aquelas eram as situações realistas que podiam receber para o ano de dois mil e vinte e quatro. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu à Deputada Raquel Mendonça dizendo que com pequenos compromissos que iam assumindo, honradamente iam conseguindo dar as respostas que as freguesias precisavam e havia situações muito graves e que causavam inúmeras preocupações. Relativamente ao bar da zona balnear, disse que o compromisso tinha sido o de diligenciar a limpeza do espaço e a partir de janeiro seria feita uma avaliação para se iniciar toda a reestruturação do espaço e tudo estava a ser feito para que pudesse ser candidatado quando os outros. Informou que,

naquele orçamento, havia um reforço de verba destinado aos nadadores salvadores, para tentar bonificar aqueles que quisessem exercer aquela função, incentivando-os àquela possibilidade, porque como o ano de dois mil e vinte e três tinha corrido muito bem, gostavam que no ano de dois mil e vinte e quatro tivessem as zonas balneares todas contempladas. Quanto à intervenção do Deputado César Toste, disse que tinham noção que os valores que tinham em orçamento eram valores ainda comprometidos que tinham a pagar, tinham noção dos constrangimentos que estavam a ser gerados nestas mesmas instituições, mas o que era certo era que ao longo do ano tinham vindo a assumir compromissos por uma ordem cronológica e mediante os valores que lhes tinham deixado, a transitar do ano de dois mil e vinte e um, tinha sido difícil de assumir e ainda poder assumir os de dois mil e vinte e dois e até mesmo de dois mil e vinte e três. Informou que havia um esforço muito grande para tentar liquidar tudo o que havia em dívida, tinham aprendido a dizer que não às instituições ou até mesmo apoiar com menos valor, porque estavam a tentar ser realistas, ou seja, não podiam continuar a elevar expectativas nas instituições e depois não conseguir dar as respostas corretas. Acrescentou que aquele era um orçamento realista mas que já ia dando sinais de que havia vontade de assumir os compromissos e havia valores que estavam inscritos para continuarem a adquirir alguns terrenos que pertenciam ao primeiro projeto do parque empresarial das Lajes. Informou que aquele projeto já tinha sido revisto para poder entrar no novo quadro comunitário, como tinha sido compromisso, e poderia haver redução no mesmo para que ele pudesse ser candidatado em duas fases, mas o que era certo era que tinham que dar sinais e conseguir iniciar esses projetos para bem da economia, para dar um sinal às empresas de que efetivamente queriam gerar essa oportunidade às mesmas. Continuou dizendo que era muito importante que no ano de dois mil e vinte e quatro pudessem dar aqueles primeiros passos e o plano de ajustamento municipal bem mostrava o quanto, com toda aquela reestruturação, ficavam com uma folga diferenciada que ia dar outro conforto para continuarem a investir. Disse que o referido plano não punha em causa qualquer tipo de investimento, ao nível do novo quadro, nem tão pouco do PRR e, nesse sentido, tinham assegurado a valorização do novo quadro que estava a abrir e obviamente o município da Praia poderia tirar proveito nas várias áreas que iam surgindo. Concluiu dizendo que aquele era um orçamento transparente, que mostrava o que podiam fazer e o que não tinham capacidade para fazer, bem como o que não puderam acolher no cumprimento da lei e que estavam disponíveis para fazer logo no início de janeiro. -----

----- **O Deputado Valter Peres** disse que nos termos da lei e do POCAL os investimentos a candidatar a fundos comunitários deveriam ser inscritos no orçamento, mas de qualquer forma a Sra. Presidente não o tinha descansado na sua resposta, pois não tinha dito nada sobre as prioridades de investimento da Câmara e era isso que se queria, porque era através destas que se fazia o mapeamento das necessidades. Concluiu questionando quem poderia votar um orçamento sem aquela informação e voltou a solicitar a mesma. -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** disse que o município vivia de duas linhas, uma do investimento e da capitalização de dinheiros para e outro do que tudo o que já tinha sido

feito e assumido e que era preciso pagar e o que também era preciso era garantir que o executivo tinha essa preocupação, ou seja, aquela era uma prioridade, que para além de todas as outras, estava à cabeça por tudo o que estava inerente à mesma.-----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** questionou o porquê daquilo que estava definido para a intervenção e para as políticas de educação no concelho não assentava na Carta Educativa, documento este que devia ser um instrumento fundamental para todas as intervenções e ações que o município precisava fazer no setor da educação.-----

----- **A Deputada Diana Gomes** iniciou a sua intervenção dizendo que aquele ponto vinha esclarecer as dúvidas que existiam sobre o que se poderia fazer nos últimos dois anos de mandato daquele executivo. De seguida, disse que primeiro tinham estado a arrumar a casa, ao invés de continuar a varrer para debaixo do tapete coisas menos positivas, e só naquele momento podiam dizer que as respostas estavam a chegar. Disse que era cada vez mais importante começar a passar a verdade para os que não estavam presentes, para quem queria ver a Praia bem e se preocupava com o futuro, pois não estavam a falar do presente, mas sim do futuro, ou seja, estavam a preparar a Praia para este.--- -----

----- **O Deputado Bruno Borges** sugeriu que se agarrasse nos valores que tinham sido falados e em janeiro, uma vez que ia ter que juntar aqueles valores ao orçamento, se enumerasse o destino a dar aos mesmos, o que era bem mais perceptível para todos.----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e disse que, quanto ao caos apregoado, os passivos financeiros representavam apenas dez por cento do total de custos e os custos com pessoal apenas trinta e quatro vírgula dois por cento, dos mais baixos dos Açores e isso eram factos. Disse que a montagem do caos funcionava como justificação de um recuo no investimento o que, para aquela bancada, não deixava de ser apenas a demonstração de incapacidade. Posto isso, referiu que o desinvestimento era um problema e era preciso arranjar soluções para investimento e, desde que ali estavam, nunca tinham recebido a indicação do que estava a ser feito para tal. Esclareceu que o que queriam é ser informados dos projetos que estavam a ser desenvolvidos para investir e alertou para o problema que era o desinvestimento em demasia. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado Valter Peres dizendo que as candidaturas à Direção Regional da Cultura eram efetuadas anualmente e que tinham apresentado uma candidatura ao PRR, que contemplava o município da Praia com mais de quatro milhões de euros, mas continuava a ser dito que se estava a desaproveitar essas candidaturas. Disse que tinham que avaliar as prioridades, que isso estava feito e já tinham informado, por exemplo, do parque empresarial das Lajes. Relembrou que, a partir de janeiro tinham condições de inscrição e podiam comprometer os valores que lhes cabiam e dizer para que fins se destinavam, mas não havia sustentação e o Deputado Valter Peres entendia que eles deveriam estar ali, o que só mostrava como as coisas eram feitas anteriormente. Assumiu que aquele orçamento não conseguia comportar tudo, nem conseguiam, naquele momento, dar às instituições o sinal que queriam, mas a partir de dois mil e vinte e quatro, com o reforço do orçamento, fariam uma divisão relativamente a todos os apoios institucionais e poderiam ponderar mediante aquelas que eram as candidaturas durante vinte e quatro

que conseguissem sustentar. Posto isso, disse que já tinham referenciado as prioridades e repetiu as mesmas, ou seja, o parque empresarial das Lajes; o parque escolar; o respeitante à proteção civil: adaptação às alterações climáticas; todas as inclusões de zonas de risco, como era o caso das ribeiras e disse que tudo estava a ser delineado para quando as candidaturas estivessem abertas, pudessem ver que valores envolvia e, assim, as oportunidades não se perdessem. Relativamente ao Deputado Ricardo Rosa, informou que estava a ser instalado um Conselho Municipal de Educação, conselho este que já não reunia há muito tempo e tinha sido importante pegar naquela regulamentação e perceber o estado em que estava, por isso, aquele tinha que ser um trabalho muito bem feito e minucioso e já tinham estado a avaliar com o intuito de o ativar. Nesse sentido, disse que iam analisar a carta em conjunto para que pudessem ter em contrapartida tudo o que esta pudesse auxiliar, mas não os inibia de avaliar o parque escolar e dizer que ele estava num estado lamentável. -----

----- **O Deputado Hélio Rocha** iniciou a sua intervenção enaltecendo a posição da bancada do GCE naquela Assembleia. Quanto aos investimentos que se dizia não se fazerem, convidou os presentes, que tivessem dúvidas, a consultarem o documento do Orçamento, a partir da página setenta e um e seguintes, pois aí estavam uma série deles e era analisarem. Acrescentou que, apesar de aquela Câmara ter o mais baixo investimento dos Açores contemplava de verba a transferir para as juntas de freguesia trezentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e oitenta e cinco euros, ao invés dos sessenta e seis mil, setecentos e oito euros em dois mil e dezassete aquando da sua tomada de posse, o que era uma forma eficiente e correta de investimento quando o dinheiro existente não era abundante. Por último, disse que o Deputado Valter Peres tinha razão quando dizia que havia uma série de investimentos que era habitual constar do orçamento e que não estavam contemplados naquele, enumerou vários exemplos, em que o dinheiro tinha saído mas que não se refletia no(s) investimento(s) a que se destinava, bem como investimentos que não eram para o bem do concelho, e disse que tinham que admitir que, às vezes, havia investimentos que desapareciam. -----

----- **O Deputado Valter Peres** dirigiu-se ao Deputado Hélio Rocha dizendo que o seu comentário, em relação às ilhas que não a Terceira, como sendo ilhas de baixo era muito infeliz. Relativamente aos investimentos na cultura, isto é, gastos com artistas vindos do exterior, disse que era normal isso acontecer, mas se queriam ir para a pequenez, tudo bem. Quanto ao apoio às Festas da Praia, quando estas não tinham existido, lembrou que o mesmo tinha sido aprovado naquele órgão, logo todos tinham ficado a saber a que se destinava, ou seja, tinha sido atribuída às empresas que normalmente apoiavam a festa em causa. De seguida, questionou se a Sra. Presidente tinha recebido o envelope que tanto se falava. Relativamente ao PRR, disse que a Sra. Presidente não tinha candidatado a este e que numa reunião de Câmara, quando confrontada com essa questão, tinha respondido que não o ia fazer porque não tinha o remanescente dos quinze por cento e que tinha sido a partir desta reunião que o processo nasceu. Concluiu dizendo que era preciso ter aquela visão para investir e não a pequenez de nem se trazer gente de fora à ilha, porque isso era bom acontecer, era uma grande riqueza cultural para a ilha o contato com culturas diferentes. Disse, ainda, que a

ilha nunca tinha sido fechada, antes pelo contrário, vivia daquela abertura, por isso que não se fechasse a mesmo, caso contrário era reduzir a sua diversidade cultural. -----

----- **O Deputado César Toste** interveio e disse que o que se tinha feito na Câmara da Praia, com a aprovação do orçamento em dois mil e vinte para dois mil e vinte e um, tinha sido investimento empolado, até ao ponto de receberem a carta que já tinha referido. Quanto ao investimento, disse que se tinham esquecido deste no que dizia respeito às coisas do dia-a-dia, como por exemplo nas escolas, estradas, etc. e este é que tinha que ser feito. Referiu que todos tinham sonhos, mas a nível de orçamento era importante que os praienses soubessem com o que podiam contar para o ano de dois mil e vinte e quatro e se houvesse mais dinheiro melhor ainda. -----

----- **O Deputado Ricardo Rosa** usou da palavra e disse que tinha havido o comentário de que a bancada do PS só sabia falar mal, mas isso não era verdade, estavam ali numa contribuição construtiva para o plano em discussão. Em relação à Carta Educativa, disse que a resposta obtida da Sra. Presidente era aquela que tinha gostado de ouvir no início do mandato desta, mas passados praticamente três anos não podiam estar a ouvir de que num plano de atividades era para intervir nas escolas, mas sem haver um levantamento sério sobre a situação do parque escolar em todo o concelho. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que tinham feito um apuramento de tudo o que estava no nome do município para poder submeter ao PRR, com a advertência do IHRU de que, à medida que fossem trabalhando a estratégia e os imóveis registados no nome do município, podiam ir sendo incluídos o que significava que o valor poderia ir aumentando. Disse que o trabalho tinha sido feito, não na mesma altura que os outros municípios, mas quando tiveram a garantia que o mesmo não seria inviabilizado. Referiu que havia sempre uma tentativa de se dizer que nada se fazia, mas aquilo que entenderam que tinham condições para submeter as candidaturas e elas serem aprovadas, tinham feito, tal como se dizia que o Conselho Municipal de Educação já devia ter sido instituído, mas desde que ali chegaram já tinham feito o da juventude e o da segurança e tinham que trabalhar de forma gradual, porque não conseguiam chegar a tudo para trabalhar de forma clara. -----

----- **A Deputada Rita Borges** interveio e disse que queria apenas registar e reconhecer o que o Deputado Hélio Rocha tinha dito sobre o GCE, pois eram o grupo com menor presença naquele órgão, mas tinham sido eleitos com a mesma legitimidade que todos os outros. Acrescentou que, desde o início sempre se tinham mostrado disponíveis para colaborar em todos os assuntos, apresentando propostas e contrariando sempre que achavam que o deviam fazer e aquela seria sempre a postura daquele grupo, independentemente do que pudessem pensar a nível pessoal, partidário ou apartidário, porque estavam ali a representar as pessoas que tinham votado neles e não se podiam esquecer que estavam numa assembleia, cujo trabalho tinha que ser conjuntamente e de forma a melhorar o futuro da cidade. -----

----- **O Deputado Filipe Rocha** usou da palavra e disse que o Deputado Valter Peres confundia dois conceitos, que era o “*ser grande*” com o “*viver à grande*” e deu o exemplo da compra de trinta canetas por quatro mil euros, como sendo o viver à grande

com o dinheiro dos outros e não subscrevia que a Sra. Presidente comprasse canetas por quatro mil euros. -----

----- **O Deputado Hélio Rocha** disse que o conceito “ilhas de baixo” era usado, de toda a vida, pelos antigos, sem qualquer efeito depreciativo relativamente ao pessoal, naquele caso em concreto, da ilha Graciosa. Relativamente à intervenção do Deputado Ricardo Rosa, disse achar que toda a Assembleia concordava que propostas do PS não eram muitas e mesmo a da Carta Educativa não era uma proposta, mas sim o apressar algo que a Câmara já estava disposta a fazer há muito tempo. -----

----- **O Deputado José Laranjo** disse que era com tristeza e lamento que tinha assistido ali, pela primeira vez, a tão baixo nível da Assembleia Municipal e só faltava dizerem que a culpa disso também era do PS. Relembrou que no mandato anterior, a bancada da oposição estava constantemente a lamentar-se da falta de investimento, mas o que era certo era que o executivo anterior não tinha atendido a todas as exigências que eram feitas e, por isso, era criticado. Posto isso, mencionou que atualmente todo o pouco que se fazia era de louvar e naturalmente era de enaltecer todo o esforço que município vinha fazendo, mas não concordava que se tentasse passar a imagem de que daquele lado estavam os vilões e do outro os salvadores da pátria. Concluiu esclarecendo que quando se falou que o Bairro de Joaquim Alves vinha da década de setenta, tinha sido muito antes do PS ter entrado no município da Praia da Vitória ou no Governo Regional dos Açores e quando se falava no Bairro de Santa Rita, que o PS não tinha resolvido, pois podia não ter feito tudo, mas começou a resolver. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** lembrou que tinha dito que o Bairro de Joaquim Alves tinha começado na década de setenta e que as novas casas tinham começado a ser construídas em dois mil e seis e entregues em dois mil e nove, no primeiro mandato de Roberto Monteiro e o que acontecia era tentarem desculpar a incompetência dos executivos camarários do PS desde dois mil e cinco. De seguida, explicou em que consistia o tão mencionado envelope, que este vinha na sequência do orçamento da Câmara de dois mil e vinte e um, quando o PS estava no poder e, como naquele dia já tinha sido exemplificado pela bancada do PS, quando era tudo fácil e que bastava a Câmara fazer e querer, tal como o Governo, que acontecia. Disse que estavam a ouvir muitas críticas porque estavam a meio do mandato e a Câmara não fazia, nem tinha feito, mas havia muita coisa que estava degradada à conta do PS ter feito, mas não ter mantido e fazia porque tinha sempre orçamentos elevados. Referiu que o encargo daquele executivo era manter aquilo que o PS nunca manteve, para além de tentar fazer aquilo que legitimamente se comprometeu nas eleições, mas que até ao momento ainda não foi possível fazer, porque estavam a pôr a casa/contas em ordem. -----

----- **O Deputado John Borges** questionou se os apoios às danças e bailinhos de Carnaval estavam ali contemplados. De seguida disse que o Carnaval não tinha dono, logo não tinha regras e, por isso mesmo, não concordava com a cláusula que obrigava os grupos a atuar em X sociedades, mais o Auditório, nem com o prazo estipulado para entrega das candidaturas para ser contemplado com o respetivo apoio. -----

----- **O Deputado Valter Peres** interveio e dirigiu-se ao Deputado Pedro Pinto dizendo que a coerência era tudo e também devia dizer que não podiam estar sentados

numa Assembleia a defender uma coisa e, depois, na Assembleia Legislativa Regional apoiarem um Governo que fazia dívida, no valor de um milhão de euros por dia na região. Informou que iam votar contra a proposta apresentada, por ser um orçamento incoerente, ou seja, de início dizia-se que se ia investir e depois dizia-se que, afinal, o investimento era pouco. De seguida esclareceu, relativamente ao Regulamento Municipal de apoio às Danças e Bailinhos de Carnaval, que a regra tinha sido de sete mais um, para permitir que as outras sociedades também assistissem às atuações, porque a atuação no Ramo Grande valia tanto como as outras e o que se tinha verificado era mais gente no concelho da Praia e não só no Ramo Grande. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que o valor de mil e duzentos euros na rubrica Viver e Investir na Praia, dizia respeito a uma dívida que transitava do anterior executivo e era relativa a um concurso que tinha havido com a *Praia Links* e que pretendiam levar a reunião de Câmara para poderem fazer a sua anulação, uma vez que a pessoa que ganhou o concurso, não tinha avançado com aquilo a que se tinha proposto e o valor tinha ficado cativo, pelo que mediante relatório aquela situação seria anulada. Acrescentou que aquele valor não se prendia com investimento e se assim fosse significava que a rubrica estava em aberto e que a todo o tempo, mediante o reforço do Orçamento de Estado, podiam fazer a distribuição por todas as rubricas, mal seria era se a rubrica não existisse. -----

----- **O Deputado Pedro Pinto** disse que o Deputado Valter Peres tinha acabado de lhes dar aquilo que efetivamente o PS fazia, tinha iniciado a sua intervenção criticando o atual Governo Regional por fazer dívida e acabava a mesma dizendo que era preciso fazer dívida, que o PS a tinha feito e que agora ela tinha que ser paga, ou seja, para o PS tudo se fazia à custa de dívida. Agradeceu ao Deputado Valter Peres o esclarecimento da visão que o PS tinha sobre as dívidas, ou seja, era coisa trivial e só lhe tinha faltado dizer que estas não eram para pagar. -----

----- **O Deputado César Toste** congratulou a Câmara Municipal pelo orçamento realista, transparente e verdadeiro que apresentava aos praienses, às instituições, empresas e famílias. Acrescentou que não era verdade que aquele orçamento abandonava as famílias e as empresas, pelo contrário, este vinha colmatar uma situação de resolver quem não tinha pago dívida, quem deixou de a pagar, isto é, punha a claro o que ia ser pago, a forma como o ia ser e a quem, bem como dava previsões de como se podia sonhar para o futuro da Praia da Vitória. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado John Borges dizendo que tinham feito uma proposta de alteração ao regulamento em causa, inclusive às regras referidas, no entanto, a permanência da passagem pelo Auditório do Ramo Grande, poderia ser uma das indicações, mas havendo uma diminuição do número de salões, ou seja, ser pelo menos cinquenta por cento dos salões ativos. Confessou que tinham noção de que o curto intervalo de dias para entrega de candidaturas era algo que deveria ser considerado. Posto isso, disse que se o Regulamento estava ativo, tinham que o cumprir e, naquele momento, já tinham proposto algumas alterações que teriam que ser colocadas a discussão pública e era importante que pudessem tratar aquele assunto de forma harmoniosa e tomar as melhores decisões. Informou que, dada a data

do Carnaval no próximo ano e se a situação não estivesse resolvida, tinham que arranjar uma estratégia perante a mesma, porque não queriam deixar de fazer a valorização no Carnaval, independente de ser no Auditório do Ramo Grande ou em qualquer salão do concelho, ou seja, não faziam diferenciação nenhuma, aquela era uma modalidade que estava implementada e que teria sido proposta pelo PS e agora pretendiam fazer algumas alterações de forma a chegar a todos e não prejudicar ninguém, isto é, tornar o regulamento mais viável a todos aqueles que viviam o Carnaval. Concluiu informando que o referido apoio só seria inserido, naquele orçamento, com o reforço em janeiro.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Dezasseis votos a favor, nomeadamente:** -----

----- **Treze do PPD/PSD** - - Paulo Manuel Martins Luís, Silvestre Miguel Simões da Rocha, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira, João Paulo Rocha Ávila, Diana Andrade Ferraz Gomes, Telmo Tiago de Freitas Sequeira, Filipe Barcelos Rocha, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Aqualva, Luís Carlos Duarte Vieira - Junta de Freguesia dos Biscoitos, John Oliveira Borges - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Carlos Alberto da Silva Costa - Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste - Junta de Freguesia da Vila das Lajes e Raquel Santos Mendonça - Junta de Freguesia do Porto Martins; -----

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Maria Nunes Simões e Lucília de Fátima Toste Ávila;-----

----- **Cinco abstenções, nomeadamente:**-----

----- **Três do PS** - Osvaldo Manuel Borges de Sousa - Junta de Freguesia do Cabo da Praia, Marco Aurélio Ferreira Toste – Junta de Freguesia de São Brás e Vasco Miguel Valadão de Lima – Junta de Freguesia da Vila Nova. -----

----- **Dois do GCE** - Rita Lemos Borges e Bruno Manuel de Aguiar Borges.-----

----- **Nove votos contra do PS** - Rodolfo Paulo Silva Lourenço Franca, Carina Marlene Pires Dias, Carolina de Fátima Nunes Amaral, José Adriano Meneses Laranjo, José Manuel de Aguiar Paim, Eulália Ferreira Toste Leal, Simão Pedro Meneses Fonseca, Bruno Narciso Meneses Lopes – Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras e António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz.-----

----- **O Deputado Bruno Borges** apresentou uma declaração de voto: -----

----- “A intenção de voto do GCE na abstenção prende-se pelo facto de aguardarmos, até janeiro, para vermos as rubricas todas definidas e, aí então, tomar uma decisão e verificar se aquilo que foi aqui transmitido e dito por nós se vai ter algum efeito nesses documentos ou não.” -----

----- **11. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS, PARA O ANO DE 2024.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **O Deputado José Laranjo** questionou se a taxa de inflação era obrigatória ou facultativa. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que era uma obrigação.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:** -----

----- **Dezoito votos a favor, nomeadamente:** -----

----- **Treze do PPD/PSD** - Paulo Manuel Martins Luís, Silvestre Miguel Simões da Rocha, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira, João Paulo Rocha Ávila, Diana Andrade Ferraz Gomes, Telmo Tiago de Freitas Sequeira, Filipe Barcelos Rocha, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Agualva, Luís Carlos Duarte Vieira - Junta de Freguesia dos Biscoitos, John Oliveira Borges - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Carlos Alberto da Silva Costa - Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste - Junta de Freguesia da Vila das Lajes e Raquel Santos Mendonça - Junta de Freguesia do Porto Martins; -----

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Maria Nunes Simões e Lucília de Fátima Toste Ávila; -----

----- **Dois do PS** - Bruno Narciso Meneses Lopes – Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras e António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz; -----

----- **Quatro abstenções, nomeadamente:** -----

----- **Duas do PS** - Marco Aurélio Ferreira Toste – Junta de Freguesia de São Brás e Vasco Miguel Valadão de Lima – Junta de Freguesia da Vila Nova; -----

----- **Duas do GCE** - Rita Lemos Borges e Bruno Manuel de Aguiar Borges; -----

----- **Oito votos contra do PS** - Rodolfo Paulo Silva Lourenço Franca, Carina Marlene Pires Dias, Carolina de Fátima Nunes Amaral, José Adriano Meneses Laranjo, José Manuel de Aguiar Paim, Eulália Ferreira Toste Leal, Simão Pedro Meneses Fonseca e Osvaldo Manuel Borges de Sousa – Junta de Freguesia do Cabo da Praia. -----

----- **A Deputada Eulália Leal** apresentou uma declaração de voto: -----

----- “O meu voto contra foi na ideia de que eu sei que existe um regulamento municipal que fala sobre esta situação, mas não tenho ideia deste regulamento dizer que é obrigatório, diz que se pode aumentar e não que se deve aumentar ou que é obrigatório que se aumente, como acontece com outras situações que nós temos conhecimento. Vou com esta dúvida, votei contra mas convencida de que não é obrigatório. Já li este regulamento, posso neste momento estar errada, mas a minha convicção na votação contra era de que não era obrigatório.” -----

----- **12. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PLANO E ORÇAMENTO DA PRAIA AMBIENTE, EM, PARA O ANO DE 2024.** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **13. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PLANO E ORÇAMENTO DA PRAIA CULTURAL, CIPRL, PARA O ANO DE 2024** -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **14. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOTA JUSTIFICATIVA REFERENTE AO MAPA DE PESSOAL 2024, DO**

**MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA, ELABORADO NOS TERMOS DO
ARTIGO 29º DA LEI N.º 35/2014, DE 20 DE JUNHO.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Dezassete votos a favor, nomeadamente:** -----

----- **Doze do PPD/PSD** - Paulo Manuel Martins Luís, Silvestre Miguel Simões da Rocha, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira, Diana Andrade Ferraz Gomes, Telmo Tiago de Freitas Sequeira, Filipe Barcelos Rocha, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Aqualva, Luís Carlos Duarte Vieira - Junta de Freguesia dos Biscoitos, John Oliveira Borges - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Carlos Alberto da Silva Costa - Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste - Junta de Freguesia da Vila das Lajes e Raquel Santos Mendonça - Junta de Freguesia do Porto Martins;-----

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Maria Nunes Simões e Lucília de Fátima Toste Ávila;-----

----- **Dois do GCE** - Rita Lemos Borges e Bruno Manuel de Aguiar Borges;-----

----- **Onze abstenções do PS** – Ricardo António Ferraz da Rosa, Rodolfo Paulo Silva Lourenço Franca, Carina Marlene Pires Dias, Carolina de Fátima Nunes Amaral, José Adriano Meneses Laranjo, José Manuel de Aguiar Paim, Eulália Ferreira Toste Leal, Simão Pedro Meneses Fonseca, Osvaldo Manuel Borges de Sousa – Junta de Freguesia do Cabo da Praia, António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz e Marco Aurélio Ferreira Toste – Junta de Freguesia de São Brás. -----

----- **15. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO E CONTAS
RELATIVO AO 3.º TRIMESTRE DE 2023 DA PRAIA AMBIENTE, EM.**-----

----- **A Presidente Da Câmara Municipal** explanou o ponto. -----

----- **O Deputado Luís Vieira** informou que já tinha recebido queixas de várias pessoas dos Biscoitos com valores elevados na fatura da água e questionou se havia alguma explicação que pudesse ser dada às mesmas.-----

----- **O Deputado Bruno Borges** questionou se havia alguma razão para no orçamento, além da tarifa social, estarem inscritos mais cento e dez mil euros.-----

----- **A Presidente Da Câmara Municipal** respondeu, ao Deputado Luís Vieira, pedindo que este fizesse o encaminhamento das pessoas para a Praia Ambiente, para a respetiva avaliação. Quanto ao Deputado Bruno Borges, respondeu que estavam a validar as contas relativas ao terceiro trimestre e o referido deputado estava a acompanhar no orçamento, por isso, não podia bater certo. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** disse que tudo o que a Sra. Presidente tinha referido estava correto, mas por isso mesmo colocava aquela questão, isto é, porque é que havia uma transferência extraordinária que dizia “Transferência financeira de equilíbrio de resultados do exercício”, pois isso significava que ia haver um equilíbrio financeiro do exercício, do exercício de dois mil e vinte e três, isto porque tinha havido prejuízo. Esclareceu que o que estava a dizer era que, naquele momento os resultados da entidade em causa eram positivos, será que existia já alguma previsão que esta ia dar resultados

negativos em era preciso injetar mais cento e dez mil euros por parte do município para dois mil e vinte e quatro.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que a previsão era de dar negativo, mas o que tinham que ver era que estavam a falar do terceiro trimestre e não no fecho de ano, o que significava que podia haver alterações. Disse que tudo o que eram valores a negativo e que era cumprimento do município cobrir, eram cobertos e se não o fossem o que poderia acontecer era não haver aquela transição de valores. -----

----- **O Deputado Hélio Rocha** interveio e disse que tinha os resultados das Assembleias de abril e de setembro, onde tinham sido analisados os relatórios trimestrais da Praia Ambiente e, realmente, os resultados já eram de cento e trinta mil euros negativos e mesmo aquele em discussão sendo positivo, continuava a ser negativo e presumia que fosse aquilo a que se estavam a referir. Concluiu dizendo que se aquele já acumulava os anteriores a sua intervenção não fazia sentido. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **16. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO TARIFÁRIO DA PRAIA AMBIENTE EM, PARA O ANO DE 2024.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **17. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA COM A PRAIA AMBIENTE, EM – LIMPEZA URBANA.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **18. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA COM A PRAIA AMBIENTE, EM – TARIFA SOCIAL.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **A Deputada Diana Simões** interveio e disse que queriam deixar nota de que, apesar de tudo o que já tinha sido falado, a Câmara estava a fazer o esforço de manter aquela tarifa apoiando, assim, as famílias que mais precisavam. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

----- **19. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA E A PRAIA CULTURAL PARA A RESTRUTURAÇÃO FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS E INTERNALIZAÇÃO.**-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** explanou o ponto.-----

----- **A Deputada Rita Borges** disse que gostariam de perceber se a Câmara já tinha alguma ideia de quando é que efetivamente aqueles trabalhadores iam começar no departamento apresentado e como é que ia decorrer o processo do memorando para que

não se corresse o risco de chegar a meio do próximo ano e haver novamente despedimentos. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que, enquanto não houvesse a internalização total da Cooperativa Praia Cultural no município, tinham que manter as transferências para essa mesma entidade e como só a partir da revisão de janeiro é que tinham a capacidade de acolher esses mesmos funcionários, só poderiam assumir a vinda destes a partir daí, porque tinha que haver uma sustentação orçamental. Informou que a intenção era apresentar a revisão orçamental, a par da alteração ao mapa de pessoal devidamente sustentado financeiramente e entendiam que durante o primeiro trimestre iam conseguir ter aquela internalização feita no município. Quanto ao memorando, disse que o que pretendiam era fazer cumprir aquilo a que se tinham comprometido e desde o momento que o Governo Regional indicou que os funcionários deveriam ter vínculo público para poderem ser absorvidos através de processo de mobilidade, não iam recuar naquela situação e todos eles iam ser acolhidos da mesma forma que os outros noventa e um. Explicou que era com aquele memorando que podiam firmar que aqueles processos de mobilidade aconteceriam e só a partir daí é que também viria a sustentação financeira destes mesmos funcionários e tal como já tinha dito a ansiedade era no sentido de poderem assinar o memorando e o contrato ARAAL, para haver a dita sustentação desses elementos. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Vinte e nove votos a favor, nomeadamente:** -----

----- **Treze do PPD/PSD** - Paulo Manuel Martins Luís, Silvestre Miguel Simões da Rocha, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira, João Paulo Rocha Ávila, Diana Andrade Ferraz Gomes, Telmo Tiago de Freitas Sequeira, Filipe Barcelos Rocha, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Agualva, Luís Carlos Duarte Vieira - Junta de Freguesia dos Biscoitos, John Oliveira Borges - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Carlos Alberto da Silva Costa - Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste - Junta de Freguesia da Vila das Lajes e Raquel Santos Mendonça - Junta de Freguesia do Porto Martins; -----

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Maria Nunes Simões e Lucília de Fátima Toste Ávila;-----

----- **Treze do PS** – Ricardo António Ferraz da Rosa, Rodolfo Paulo Silva Lourenço Franca, Carina Marlene Pires Dias, Carolina de Fátima Nunes Amaral, José Adriano Meneses Laranjo, José Manuel de Aguiar Paim, Eulália Ferreira Toste Leal, Simão Pedro Meneses Fonseca, Osvaldo Manuel Borges de Sousa – Junta de Freguesia do Cabo da Praia, Bruno Narciso Ferreira Lopes – Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras, António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz, Marco Aurélio Ferreira Toste – Junta de Freguesia de São Brás e Vasco Miguel Valadão de Lima – Junta de Freguesia da Vila Nova. -----

----- **Duas abstenções do GCE** - Rita Lemos Borges e Bruno Manuel de Aguiar Borges;-----

----- **20. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PLANO E ORÇAMENTO DA TERAMB, EM, PARA O ANO DE 2024.** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **21. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO TARIFÁRIO DA TERAMB, EM, PARA O ANO DE 2024.** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento.** -----

----- **22. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO-PROGRAMA PARA 2024 A CELEBRAR ENTRE A TERAMB E OS MUNICÍPIOS DE ANGRA DO HEROÍSMO E DA PRAIA DA VITÓRIA.** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **23. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE SEGUNDA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DA PRAIA DA VITÓRIA.** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto. -----

----- **O Deputado António Borges** interveio e disse achar que o Centro Funerário poderia estar ali contemplado, visto servir o grupo central, quer em termos de apoio, quer em termos de manutenção. -----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** respondeu que tinham entendido que o mesmo não deveria constar no regulamento, uma vez que havia um protocolo com o centro funerário, havendo assim uma compensação à freguesia de Santa Cruz através do mesmo. -----

----- **O Deputado Hélio Rocha** congratulou a Câmara, pois apesar das restrições financeiras conhecidas, promovia um aumento daquela envergadura. -----

----- **O Deputado Bruno Borges** enalteceu o facto daquela rubrica estar a aumentar, bem como a outra das juntas de freguesia e reforçou a informação de que era uma rubrica que podia ser aumentada, com os valores referenciados na questão do orçamento, o que era extremamente importante, pois havia margem para dar continuidade a esse trabalho e como vinha sendo habitual, o GCE votava favoravelmente todas as ações que aumentavam os valores com as juntas de freguesia, para o bem do concelho da Praia da Vitória. -----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.** -----

----- **24. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ESTRATÉGIA LOCAL INTEGRADA DE COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL DA PRAIA DA VITÓRIA.** -----

----- A Presidente da Câmara Municipal explanou o ponto. -----

----- **A Deputada Diana Simões** disse que era com bom grado que viam o trabalho que estava previsto no âmbito da estratégia local de combate à pobreza e exclusão social, principalmente no âmbito da prevenção do desenvolvimento e da capacitação, em termos educacionais em crianças e jovens, porque todos sabiam que era a partir dali que conseguiam trabalhar para o futuro, tal como no âmbito da criação e capacitação de oportunidades de emprego, não só para quem tinha trabalhos precários, mas também para quem tinha ou vivia em situação de exclusão social. Concluiu dizendo que era igualmente importante desenvolver um trabalho concertado com todas as instituições de apoio social, bem como com as juntas de freguesia e informou que iam votar a favor da proposta apresentada.-----

----- **Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com:**-----

----- **Dezoito votos a favor, nomeadamente:**-----

----- **Treze do PPD/PSD** - Paulo Manuel Martins Luís, Silvestre Miguel Simões da Rocha, Graça das Mercês da Silva Brum Pereira, João Paulo Rocha Ávila, Diana Andrade Ferraz Gomes, Telmo Tiago de Freitas Sequeira, Filipe Barcelos Rocha, Hélio Adriano de Melo Rocha - Junta de Freguesia da Agualva, Luís Carlos Duarte Vieira - Junta de Freguesia dos Biscoitos, John Oliveira Borges - Junta de Freguesia da Fonte do Bastardo, Carlos Alberto da Silva Costa - Junta de Freguesia das Fontinhas, César Leandro da Costa Toste - Junta de Freguesia da Vila das Lajes e Raquel Santos Mendonça - Junta de Freguesia do Porto Martins;-----

----- **Três do CDS-PP** - Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto, Diana Maria Nunes Simões e Lucília de Fátima Toste Ávila;-----

----- **Cinco do PS** - Osvaldo Manuel Borges de Sousa – Junta de Freguesia do Cabo da Praia, Bruno Narciso Meneses Lopes – Junta de Freguesia das Quatro Ribeiras, António Manuel Mendonça Borges - Junta de Freguesia de Santa Cruz, Marco Aurélio Ferreira Toste – Junta de Freguesia de São Brás e Vasco Miguel Valadão de Lima – Junta de Freguesia da Vila Nova;-----

----- **Duas do GCE** - Rita Lemos Borges e Bruno Manuel de Aguiar Borges.-----

----- **Oito abstenções do PS** - Ricardo António Ferraz da Rosa, Rodolfo Paulo Silva Lourenço Franca, Carina Marlene Pires Dias, Carolina de Fátima Nunes Amaral, José Adriano Meneses Laranjo, José Manuel de Aguiar Paim, Eulália Ferreira Toste Leal e Simão Pedro Meneses Fonseca.-----

----- **A Presidente da Câmara Municipal** desejou a todos os presentes e respetivas famílias umas Boas Festas.-----

----- **APROVAÇÃO POR MINUTA:**-----

----- Tendo a Câmara invocado urgência na entrada em vigor das deliberações desta Assembleia, foi proposto à Assembleia que a ata, quanto às deliberações dos pontos da ordem de trabalhos fosse, aprovada em minuta, tendo em conta a sua importância e de acordo com o número três do artigo número noventa e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro.-----

----- A Assembleia aprovou a ata, por minuta, por unanimidade. -----

----- Terminados os trabalhos, eram dezassete horas e trinta minutos, e não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu a todos e deu por terminados os trabalhos da quinta sessão ordinária do ano de dois mil e vinte e três, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia.-----

Ass: _____

Ass: _____

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

AO MUNICÍPIO DA PRAIA DA VITÓRIA PELO GALARDÃO DE PRATA NO LIVCOM AWARDS

O Município da Praia da Vitória conquistou o galardão de Prata no LivCom Awards – The International Awards for Liveable Communities, na categoria Projeto Ambientalmente Sustentável, pelo trabalho realizado no Projeto LIFE CWR.

O LivCom Awards é a maior competição mundial para comunidades em matéria de gestão ambiental e de criação de comunidades habitáveis, com o intuito de incentivar as melhores práticas, inovação e liderança no fornecimento de uma comunidade vibrante e ambientalmente sustentável que melhora a qualidade de vida.

De um total de 22 municípios e 33 projetos, oriundos de 24 países, com a conquista deste galardão de Prata, a Praia da Vitória torna-se o primeiro município açoriano reconhecido por esta competição, de âmbito internacional.

O projeto praiense vencedor consiste na recuperação dos pauis da Praia da Vitória, com vista a assegurar a existência de uma rede de zonas húmidas que compõe entre si uma infraestrutura verde húmida, na orla costeira da Praia da Vitória, com características e funções ecossistémicas semelhantes às iniciais anterior à ação humana, através da recuperação, restauro ecológico e reordenamento de três zonas húmidas-chave: nomeadamente o Paul da Praia da Vitória, o do Belo Jardim e o da Pedreira do Cabo da Praia.

O reconhecimento do empenho, eficiência e dedicação do Projeto LIFE CWR no restauro ecológico e na conservação dos Pauis da Praia da Vitória, através de um galardão internacional de relevo, como o é o LivCom Awards, é um motivo de orgulho e responsabilidade reforçada de todos os agentes políticos para a continuidade deste projeto.

O alcançar deste galardão deve-se ao excelente trabalho e empenho de todos os colaboradores do Grupo Municipal, que muito contribuem para que a Praia da Vitoria veja reconhecido internacionalmente a recuperação de áreas com primordial importância para o ambiente.

Assim, no âmbito do Regimento da Assembleia Municipal da Praia da Vitória, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata, vem propor este voto de congratulação ao Município da Praia da Vitória pelo Galardão de Prata no Livcom Awards. Deverá ser dado conhecimento ao executivo municipal e a todas divisões municipais que muito contribuem para este projeto.

São Brás, 29 de Setembro de 2023

Por este for,
João Pedro Costa
Presidente da Assembleia Municipal

Sânia Oliveira

GRUPO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

André Cota - Campeão no Surfing Terceira

Finalizado o Campeonato da Ilha Terceira de Surfing 2023 o jovem lajense André Cota alcançou o título de campeão na categoria SURF OPEN totalizando 3000 pontos.

Esta competição desenvolvida pela Associação de Surf da Terceira tem o apoio Direção Regional do Desporto, Câmara Municipal da Praia da Vitória, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Associação Açores de Surf e Bodyboard, Meo e Insco – hipermercados e colaboração Save Azores Waves e Save the Waves Coalition.

Finalizada a ultima etapa em 25 novembro de 2023 na Foz da Ribeira de Santo Antão foram apurados os campeões nas diversas categorias.

Um reconhecimento a todos os atletas que participaram, aos treinadores Bruno Grilo e André Xarepe, aos pais que apoiam incondicionalmente os seus filhos e à Associação.

Assim, nos termos legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do PSD, apresenta um Voto de Congratulação ao Atleta André Cota pelo título de campeão da Ilha Terceira em Surf Open.

Praia da Vitória

Paulo
Vice-Presidente



Voto de Congratulação a Gualter Silva

Recentemente o compositor Gualter Silva, de 26 anos, praiense, apresentou a sua mais recente composição musical “Ciclo de Canções Portuguesas” para piano e eufónio, no âmbito da 45ª Conferencia Internacional da Associação Europeia de Professores de Piano, na cidade italiana de Roma na semana de 16 a 19 de Novembro

A peça musical, interpretada pelo Duo Anemonia dos portugueses Maria João Lopes, no piano, e Eduardo Major Cebola, no eufónio fez parte de convite da associação internacional que organiza revelando o importante e potencial papel que o Compositor Gualter Silva apresenta.

O ano de 2023 tem marcado a vida musical deste praiense com atuações e reconhecimentos, quer nacionais e internacionais, do seu trabalho mas sobretudo por já ser uma certeza de futuro no panorama da composição musical.

Assim sendo, os Grupos Municipais do PSD propõem um voto de congratulação ao Compositor Gualter Silva pelo reconhecimento nacional e internacional pela apresentação da sua recente obra musical na 45ª Conferencia Internacional da Associação Europeia de Professores de Piano

Deverá ser dado conhecimento ao mesmo.

Lajes, 15 de Dezembro de 2022

Handwritten signature: João Pereira
Handwritten signature: João Pereira

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Academia de Dança do Juventude Desportiva Lajense campeã nacional

No passado mês de Novembro de 2023 a Academia de Dança do Juventude Desportiva Lajense alcançou pela primeira vez um título de campeão numa prova do circuito nacional de dança desportiva. Leandro Guilherme e Filipa Borges, sagraram-se campeões do Circuito Nacional de Juventude Iniciados Latinas, título alcançado na última prova do circuito nacional.

No escalão de Juventude Intermédios, os atletas Miguel Silva Briana Espínola e Ivan Jesus e Jamila Meneses passaram a final num total de nove pares, classificando-se em terceiro e quinto lugar, respetivamente.

Assim, nos termos legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Municipal do PSD, apresenta um Voto de Congratulação à Academia de Dança Juventude Desportiva Lajense pelo título de campeão nacional em Juventude Iniciados Latinas.

15 de dezembro de 2023
Praia da Vitória, 29 de abril de 2022

O Grupo Municipal do PSD


Carac D. Silva